



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



6

Declaração à imprensa por ocasião da apresentação dos nomes dos novos ministros

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 16 DE JULHO DE 1999

Boa-tarde.

Como eu havia preanunciado, resolvi fazer algumas modificações no Governo, nos ministérios. Quero ler a lista daqueles que hoje foram convidados, por mim, para o exercício das funções que assinalarei. Depois, farei algumas considerações que me parecem necessárias, para que o país tome conhecimento das razões pelas quais tenho tomado certas determinações no Governo.

O novo Ministro da Justiça será o Doutor José Carlos Dias. O Ministério da Agricultura e Abastecimento será exercido pelo Doutor Pratini de Moraes. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pelo Doutor Clóvis Carvalho. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Doutor Martus Tavares. O Ministério da Ciência e Tecnologia, pelo Embaixador Ronaldo Sardenberg. O Ministério da Integração Nacional, que é novo, pelo Senador Fernando Bezerra. Chefiará a Casa Civil o Doutor Pedro Parente. Criei a Secretaria-Geral da Presidência. O Ministro-Chefe será o Deputado Aloysio

Nunes Ferreira. E transferi o Secretário Ovídio de Ângelis para a Secretaria Especial de Políticas Urbanas.

Também tomei a decisão de extinguir o cargo de Ministro Extraordinário de Projetos Especiais, assim como as Secretarias de Estado de Relações Institucionais, Administração e Patrimônio, Planejamento e Avaliação e a Secretaria Especial de Políticas Regionais.

Fica bastante claro, em primeiro lugar, que as determinações que agora passam a ser cumpridas, no sentido da mudança de ministério, obedeceram, única e exclusivamente, ao meu propósito de reorganizar o Governo para que este possa se empenhar num rumo claro, que é o de retomada de desenvolvimento com estabilidade e com responsabilidade fiscal. E fica também claro que, nessas decisões que tomei, só tive em mente aumentar a capacidade efetiva do Governo e corresponder aos interesses do país e aos anseios da população.

Não deixei, obviamente, de tomar em consideração que um governo democraticamente eleito pelo povo precisa de ter apoio do Congresso através dos canais partidários. Mas o governo não é o reflexo imediato das forças partidárias. O governo tem que ser um instrumento de execução de um programa que foi aprovado pela população e da vontade presidencial. Portanto, todos os ministros que aqui estão, os que ficam e os que entram, foram escolhidos por mim. Sou por eles responsável. E eles devem lealdade, única e exclusivamente, ao País e a mim.

Não existe outra preocupação nessa reformulação do que a preocupação de aprimorar. Os que me conhecem sabem que eu ouço com atenção o clamor das ruas, mas tomo as decisões e assumo as responsabilidades. E é o que faço neste momento, sem desconsiderar quem quer que seja, e sem que, ao tomar essas decisões que estou tomando, haja qualquer implicação outra que não o sentimento – que é meu – de que é preciso alguma transformação para adaptar as circunstâncias novas, de ordem econômica, de ordem gerencial, de ordem política. E nisso não vai, portanto, qualquer reparo àqueles que, momentaneamente, não vão permanecer no Governo, mas que, certamente, porque são leais servidores do Brasil, encontrarão espaço para o seu aproveitamento pelo País. E eu ficaria feliz se esse espaço fosse no meu próprio governo,

em algum momento. Ninguém de valor deve ser, num país como o nosso, carente demais de energia, posto simplesmente à margem. Mas nenhuma consideração de ordem pessoal, de amizade ou de consideração partidária travou a minha decisão. A decisão foi tomada tendo em vista, como já disse, o que me parecia necessário para o Governo ganhar maior efetividade e maior velocidade. E, como eu disse, não existe possibilidade de um desenvolvimento correto no Brasil sem estabilidade. Sem estabilidade, o crescimento não dura. Quando o crescimento se dá sem estabilidade, sem controle da inflação, sem uma política fiscal responsável, apenas os ricos se beneficiam do crescimento.

Já vimos etapas de crescimento em nosso país que foram portentosas quanto aos índices, mas corroeram os salários com a inflação. No meu governo, não haverá condescendência, facilidades, tentativa de popularidade, populismo fácil que possa prejudicar, no momento ou no futuro, aquilo que é o objetivo central de um crescimento duradouro que beneficie a maioria, os mais pobres. Não haverá, portanto, crescimento sem estabilidade. Mas se a estabilidade não tiver o desenvolvimento, não cria raízes. Não cria na população a crença na estabilidade como um valor. Portanto, o Governo há de se empenhar, também, para a criação das condições de desenvolvimento da economia, do desenvolvimento da sociedade. Repito: sem responsabilidade fiscal, não há crescimento sustentável. Sem crescimento responsável, não há desenvolvimento que beneficie a maioria. E sem o desenvolvimento não existe estabilidade que valha como um valor.

Portanto, para que alcancemos isto, vamos precisar continuar no caminho de aumentar a produtividade e de levar adiante as mudanças estruturais. Este é o caminho para criar emprego e melhorar a renda em todo o país. Já começamos a perceber os primeiros sinais positivos no que diz respeito à retomada da atividade econômica, que permite oferecer mais empregos. É cedo para cantar vitórias, mas não é cedo para manter as esperanças com a condição de que trabalhemos com afinco na direção já assinalada.

É natural, também, que, ao criarmos emprego e ao nos preocuparmos com a renda, nos preocupemos com a redução das disparidades

regionais e das disparidades sociais. É preciso, portanto, que o país se integre consigo mesmo para que possa enfrentar os desafios da globalização. Isso não se vai fazer só com o Governo. Sem um processo contínuo de mobilização da sociedade, sem que exista um projeto compartilhado, discutido e assumido pela sociedade que leve à transformação, que leve ao desenvolvimento, não obteremos esses resultados. Precisamos disso e de um governo que esteja voltado para o interesse concreto do povo, dos cidadãos.

O Governo tem a consciência de que as grandes mudanças só têm sentido se, efetivamente, melhorarem o cotidiano das pessoas ao longo do tempo e se sintonizarem com a sociedade. Isso requer um governo unido e coeso, apoiado, incondicionalmente, pelos partidos que compõem a sua base, e não um governo partido em facções. Preciso de um governo composto por pessoas que estejam efetivamente ocupadas com os problemas a resolver. Essa tem sido a minha orientação e o esforço do Governo desde que fui eleito em 94. É preciso, portanto, que este governo se empenhe, efetivamente, como estamos fazendo, com afinco na resolução das questões que interessam ao povo e não se perca em uma infinidade de brigas, de futricas e de disputas por espaço, que não correspondem ao que o país espera de um governo democrático e comprometido com o povo.

Temos um programa aprovado e apoiado pela população nas eleições. Temos, agora, um plano de desenvolvimento de longo prazo – que obedece, até este momento, a siglas que nem sempre são fáceis de guardar – que se chama PPA, que é o Plano Plurianual. Este Plano vai ser o modo pelo qual o país poderá ver, de forma clara e transparente, quais são as questões relevantes para nós. Não é um Plano de desenvolvimento no sentido apenas de infra-estrutura, de estradas, de energia e de portos. É um Plano que inclui, também e principalmente, a transformação das pessoas, um Plano que se preocupa com a educação, com a saúde, um Plano, enfim, que tem a capacidade de propor um modelo de sociedade.

Daqui por diante, o Governo, na sua inteireza – naturalmente respeitando as diferenças de cada setor –, estará se esforçando para que

esse Plano ganhe não apenas consistência burocrática, mas para que ele ganhe o apoio da população, para que a população sinta que há um projeto nacional em marcha. Há um projeto nacional em marcha.

E foi pensando nisso, pensando nesses compromissos, que estou introduzindo algumas modificações. Uma delas diz respeito ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Por quê? Porque a partir do quadro que emoldurei, de crescimento com estabilidade, de responsabilidade fiscal, de uma posição muito clara expressa pelo Ministro da Fazenda e pelo Banco Central, existe, inequivocamente, a necessidade de uma reestruturação produtiva, de fazer com que nossos setores produtivos agreguem mais valor, que nós, progressivamente, passemos a ser uma economia que possa não só servir à nossa população com melhor qualidade, mas, por ter essa qualidade, possa exportar mais. E não apenas produtos primários, mas produtos com valor agregado. Isso requer um aumento de competitividade e requer, naturalmente, que se faça um entrosamento maior entre as agências federais para que se consiga obter esses resultados.

Vão caber ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ao mesmo tempo, a Secretaria e a Câmara de Comércio Exterior. Nós vamos unificá-las. O exportador brasileiro não vai precisar perguntar a que porta deve bater para ter os seus processos encaminhados. Será nitidamente nesse Ministério. Isso não diminui em nada, porque seria ineficaz, a importância permanente do Ministério das Relações Exteriores, que é o nosso grande agente para as negociações internacionais na constituição dos nossos tratados comerciais. Mas, inequivocamente, haverá um local, que é o Ministério do Desenvolvimento, no qual essa questão estará concentrada. E esse Ministério dispõe do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é um instrumento básico para essa reestruturação produtiva, que tem de andar mais depressa. Refiro-me não apenas – se bem que esses sejam muito importantes – àqueles setores como a siderurgia, como a petroquímica, como o papel e a celulose, como a indústria têxtil, como a indústria de calçados, mas também à pequena e média empresas, sem as quais será muito difícil que aquilo que disse há

pouco – que é um desenvolvimento sustentado e baseado na oferta crescente de empregos – possa efetivamente existir.

Para que não haja também uma confusão de atividades, alguns setores que tradicionalmente estiveram no Ministério do Desenvolvimento vão passar para o Ministério da Agricultura. Tudo aquilo que diz respeito a café, açúcar e álcool passa a ser gerido pelo Ministério da Agricultura.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior se constitui, efetivamente, numa alavanca para a reestruturação produtiva, para o apoio decidido à exportação, para que as pequenas e médias empresas se integrem mais amplamente a esse processo produtivo. E, também, para que o processo de privatização, que tem como eixo o BNDES, possa ter uma eficácia maior.

Já que me referi ao Ministério da Agricultura, quero destacar também o empenho desse Ministério – e o nome do novo titular é bastante significativo disso. O Ministério da Agricultura estará empenhado no aumento das exportações. Vai estar empenhado vigorosamente, junto com o Itamaraty, junto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nas negociações que, de agora por diante, vão definir o rumo do Brasil no próximo século.

A Rodada do Milênio, as negociações com a Alca, as negociações com a União Européia, tudo isso dependerá muito de uma atitude muito ativa no setor da agricultura. Não preciso me referir à pequena unidade de produção e à reforma agrária, porque já existem Ministérios específicos. Já foi criada uma Secretaria Especial no Ministério da Agricultura para o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) para a questão das unidades familiares de produção. Isso mostra, também, por que o Ministro Clóvis Carvalho está deslocado para esse Ministério: porque essa Pasta vai requerer uma integração muito grande com o Plano Plurianual de Desenvolvimento e com a equipe econômica.

Já que me referi à equipe econômica, a escolha do Ministro Pedro Parente para a chefia da Casa Civil indica o firme propósito de termos a área econômica muito integrada, muito unida e muito organizada ao redor das linhas que o Ministério da Fazenda definiu e o Ministério do

Desenvolvimento vai colocar em marcha. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do PPA, será o instrumento de articulação disso. Trata-se de uma equipe homogênea, que tem comando e propósitos claros. Isso vai permitir que haja uma gestão mais equilibrada, tranquila, e com os instrumentos necessários já mencionados, especialmente com a integração crescente das áreas de financiamento do BNDES e do Banco do Brasil, vai se juntar ao esforço desenvolvido no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Não poderia deixar de fazer uma menção muito especial, ainda, a duas inovações. Uma é o Ministério da Integração Nacional. Tenho, de há muito, esta idéia. Não se trata, simplesmente, de inchar uma Secretaria existente. Trata-se de enfrentar um desafio semelhante ao que o Brasil enfrentou há muitos anos, há décadas, quando prestou atenção à questão do Nordeste e criou a Sudene-Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Naquela época, havia um governo se abrindo para o desenvolvimento industrial. Havia o desenvolvimento de forças produtivas importantes no Centro-Sul do Brasil. E havia o pensamento de Celso Furtado a respeito da necessidade do desenvolvimento regional.

Todas as instituições disponíveis, hoje, para lidarem com a questão do desenvolvimento regional dizem respeito àquela época e foram formadas sob aquela inspiração, num momento em que não havia, ainda, a integração do mercado brasileiro. O momento hoje é outro. O mercado brasileiro está integrado e precisa se integrar mais. É um mercado que se integra ao Mercosul, à América do Sul e que entra na globalização.

As instituições regionais têm que ser repensadas. Temos que criar efetivas agências de desenvolvimento regional. É preciso colocar em discussão, com muita propriedade, sem clientelismo, sem preocupação de partido, sem preocupação mesquinha se a região tal ou qual do Sul ganhou ou perdeu, mas com a forte convicção de que o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste precisam de uma atenção especial para que o desenvolvimento seja equilibrado e para que não haja concentração de renda no Brasil. É preciso que o Brasil inteiro veja o que já está acontecendo em algumas dessas regiões.

O Nordeste cresce a uma taxa maior do que a do Brasil há algum tempo. A Amazônia se integra, através do transporte, da energia, da criação de novos pólos. E o Centro-Oeste é, verdadeiramente, hoje, mais do que uma promessa, é uma realização efetiva, com a Ferronorte, que avança por Mato Grosso, partindo de São Paulo; com o rio Madeira ligando-se com o rio Amazonas; com a ocupação de terras para a produção de algodão em Mato Grosso, de soja no centro do Brasil, em Tocantins, em Goiás. É um novo Brasil. E esse novo Brasil precisa ser pensado na sua integração.

É claro que o Ministro Fernando Bezerra, que vai ser responsável por esta Pasta, não vai apenas incorporar a Secretaria de Desenvolvimento Regional. Ele vai assumir a gestão e o controle dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste na forma dos planos regionais de desenvolvimento que estão definidos na Constituição, no artigo 159. E tem que olhar o Finor e o Finam.

Existe aí uma massa de recursos que hoje é pulverizada. Essa massa de recursos precisa ser repensada. Precisamos ter a criatividade, que houve quando se criou a Sudene, para repensar esses órgãos, de tal maneira que, da fusão deles – se for o caso – ou da coordenação entre eles, que é mais apropriadamente o que se necessita, resulte, efetivamente, um processo de integração nacional.

Não se trata, portanto, de um Ministério para acomodar interesses políticos. Trata-se de um Ministério, porque há muito assim penso. Está escrito nos meus programas. Foi feita uma discussão sobre essa matéria. Existe necessidade dele e tem que ser visto como um Ministério básico, ao lado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, como Ministério básico nesse modo de repensar o Brasil.

As áreas sociais estão sob os cuidados dos ministros já conhecidos. Todas têm rumo: educação, saúde, reforma agrária, previdência e assistência social. Em todas elas há rumo. Em todas elas há programas. Em todas elas há marcha. A velocidade dessa marcha vai depender da disponibilidade de recursos. A disponibilidade de recursos depende das reformas, do controle fiscal e do crescimento. Não há mudanças estruturais a serem feitas nessas áreas.

Por fim, para chamar a atenção da questão das modificações que estou introduzindo, a Casa Civil continuará com o papel de coordenação da parte jurídica dos processos que aqui aportam para serem enviados ao Congresso Nacional e terá uma função importante, sobretudo no que diz respeito ao PPA e à coordenação das áreas administrativas aí necessárias.

Obviamente, a Casa Civil teve, e continuará tendo, um papel coordenador importante em articulação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. De alguma forma, aí, há uma unidade entre a área econômica, as coordenações setoriais e a Casa Civil.

Mas decidi que, ao lado do Ministro Pimenta da Veiga – que continua no Ministério das Comunicações e tem me ajudado na coordenação política, e assim continuará –, haverá aqui, na Presidência da República, com funções institucionais, um Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, que vai também me ajudar nesta coordenação, na coordenação do Governo, na coordenação institucional com os governadores, com os estados, em perfeita harmonia com as lideranças do Congresso e, sobretudo, comigo e com o Ministro Pimenta da Veiga.

Daqui por diante, a articulação, tanto, como mencionei, nas áreas relativas à questão produtiva, como nas áreas relativas ao social, como nas áreas relativas à integração espacial, será complementada por uma ação mais permanente do próprio Presidente da República na supervisão dessas áreas. E para que isso possa ocorrer, a articulação política do Governo tem que estar assentada de uma maneira sólida nos moldes e com o propósito que eu mencionei, de que o Governo é um governo da República, eleito pelo povo, de partidos, mas não de facções, de partidos que servem de sustentação a um programa de governo. Portanto, uma articulação política não pode ser vista em termos menores de, simplesmente, atendimento a esses ou àqueles, mas de permanente preocupação com o desenvolvimento do conjunto da sociedade e com o desenvolvimento daquilo que queremos que sejam os objetivos do nosso governo.

Gostaria também de dizer que vamos fazer uma mudança efetiva de gestão em todos os ministérios. Tanto o Chefe da Casa Civil quanto o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão já têm as determina-

ções nesse sentido. Vamos reduzir em 10%, pelo menos, as funções gratificadas, em comparação com o que havia em 98, de tal maneira que os cargos em comissão terão de ser restritos. Estamos pedindo a cada ministro que reveja a estrutura de seu ministério. Vamos cortar duplicações. Vamos enxugar, como já comecei a enxugar, pelo que aqui disse, o conjunto da máquina governamental, para que tenhamos um governo mais hígido e capaz de avançar nos propósitos essenciais do País. Essas reduções vão ser propostas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em cooperação, naturalmente, com os ministros. Mas elas serão levadas adiante com firmeza.

Quero também lhes dizer que o Governo vai se empenhar a fundo – e, para isso, essa articulação política é essencial, dentro do Governo, entre aqueles que participam do Governo, do Governo com seus líderes e dos líderes com as bases partidárias – na aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Precisamos aprovar a reforma tributária, precisamos dar continuidade à reforma da Previdência, e não podemos nos descutar das reformas das leis trabalhistas.

Há outras reformas importantes: a partidária, a do Judiciário. E eu disse, reiteradamente, que são reformas de cunho eminentemente político ou então que afetam outros Poderes. Nessas reformas, a ação do Executivo há de ser de apoio, mas não há de ser, necessariamente, de liderança. No que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, que está sob a guarda do Ministro Martus, que foi um dos autores dessa lei e será o responsável, no Governo, para que ela avance; no que diz respeito à reforma tributária, que está com o Ministro Malan e o Doutor Everardo Maciel; e no que diz respeito à reforma da Previdência, que está sob a responsabilidade do Ministro Ornélas, e as trabalhistas, do Ministro Dornelles, a ação do Governo vai ser focalizada e contínua. Precisamos dessas reformas para realmente criar as condições, que estão a nosso alcance, de uma continuidade no desenvolvimento econômico de uma maneira sustentada.

Um governo que conseguiu com este povo extraordinário vencer as turbulências pelas quais passamos, que, num período muito rápido de tempo, conseguiu se repor para seguir a caminhada do crescimento

econômico e da estabilidade da moeda não tem desculpa se não for capaz, ele próprio, de se reorganizar para acelerar o que é necessário acelerar. É um país que tem pressa, com um povo – e não apenas o Presidente – que está impaciente, que quer, claramente, ver que existe uma relação de lealdade, que quer ver uma equipe unida, sem divergências, sem ineficiências no atendimento à sociedade, com coesão em torno dos planos de governo. Naturalmente, os incomodados podem sempre se retirar. Mas definido, como estou definindo, o que vai ser, é assim, será assim. O Governo deve ter empenho junto ao Congresso Nacional para que possamos avançar na direção das reformas que já mencionei e das demais medidas legislativas que são necessárias para que o Brasil realmente entre numa senda de maior tranquilidade, de maior progresso.

É, portanto, com muita energia, mas também com muita esperança, com muita firmeza e convicção que estou procedendo a essas modificações. Enganam-se os que pensam que, nesses três dias, hesitei. Enganam-se os que pensam que o Presidente da República estaria com considerações de tal ou qual sorte para acomodar. O Presidente teve um só pensamento: tentar não errar, para corresponder aos anseios do país; assumir a responsabilidade e não fazê-lo de forma leviana; e fazer de modo tal que, sempre, em cada um dos atos fosse possível, ao manter os apoios políticos, fazer com que eles viessem a beneficiar, efetivamente, as transformações de que o Brasil necessita.

Não cabe acrescentar mais nada. Cabe apenas lhes dizer que, na segunda-feira, darei posse coletiva aos novos ministros.

Cabe, agora, uma palavra de saudade. Hoje e nestes dias, tive a preocupação de corresponder aos milhões de votos que tive e à confiança dos brasileiros. Passei horas e horas de reflexão. Passei, nestas últimas horas, desde esta madrugada, horas e horas de saudade.

Quero dizer que a perda de André Franco Montoro é muito grande, sobretudo para quem, como eu, praticamente começou na vida política e administrativa com ele. Montoro foi uma pessoa capaz de inspirar confiança, de criar equipe. Foi uma pessoa capaz de não perder nunca o rumo, nem a compostura. Montoro foi capaz de se manter sempre com

a dignidade do cargo. Foi sempre um democrata e tomou as decisões necessárias. Montoro renunciou – tantas vezes eu vi – a oportunidades que poderia ter tido se forçasse situações. E ele não forçou situações. Soube apoiar, quando era necessário, mesmo aqueles que não eram da sua preferência. Montoro nunca deixou de acreditar. Ainda anteontem, quando telefonei para felicitá-lo por seu aniversário, às 9 horas da noite, me disse que estava embarcando para o México. Montoro ia discutir a volatilidade dos capitais e disse que eu seria um autor citado. Ele falou com entusiasmo juvenil, com uma crença imensa nas suas convicções, naquilo que acreditava ser bom para o Brasil. Foi assim que sofreu o enfarte e faleceu.

Uma morte é sempre sofrida, mas é bonito morrer lutando pelo que se acredita. Assim morreu Montoro, e eu me emociono.

Muito obrigado.